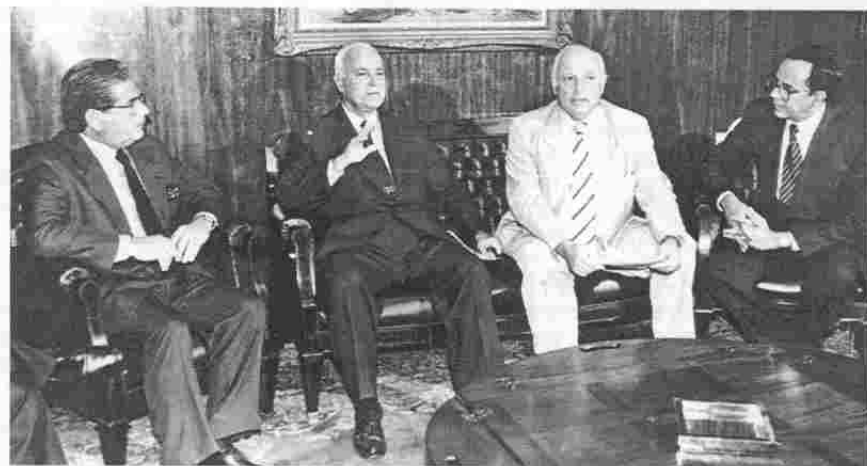


Banco paraguaio oferece ajuda à CPI para identificar depositantes

Dirigentes da instituição financeira reúnem-se com senadores. Requião anuncia: "Estamos prestes a pegar o bando". E Cabral propõe leilão público para venda de novos títulos



Dirigentes da Ação Empresarial apresentam suas reivindicações ao presidente do Senado

O presidente e o vice-presidente do Corfan Banco del Paraguay ofereceram colaboração na identificação de somas oriundas das fraudes investigadas pela CPI dos Precatórios. Eles se reuniram ontem com senadores integrantes da comissão. O relator da CPI, Roberto Requião, prevê agora melhores condições de rastrear a rota do dinheiro e os depositantes. Com base em papéis encontrados no banco Vektor, Requião afirmou que a comissão está prestes a "pegar" o bando que negociou irregularmente com títulos. O presidente da CPI, Bernardo Cabral, apresentou projeto de resolução estabelecendo o leilão público como forma exclusiva de colocação no mercado de títulos emitidos por estados, municípios e Distrito Federal. Páginas 4 e 5

Benedita quer proibir clonagem humana no país

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou ontem projeto de lei que proíbe, em todo o território nacional, a clonagem de embriões ou seres humanos, prevendo pena de prisão de 6 a 20 anos para quem praticar esse delito. A proposição estabelece, ainda, que a clonagem de animais deverá ser previamente submetida à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, para "observar sua pertinência, ética e utilidade".



Benedita

Empresários pedem a Antonio Carlos pressa nas reformas

Dirigentes do movimento Ação Empresarial, liderados por Jorge Gerdau Johannpeter, apresentaram ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, suas preocupações com a necessidade de apreciação urgente das reformas pelo Congresso. Representando vários segmentos, como siderurgia, distribuição de veículos e combustíveis, comunicações e até bancos, os empresários pediram ao senador especial prioridade para as propostas de reformas administrativa, previdenciária e tributária.

O presidente Antonio Carlos transmitiu ao grupo uma impressão muito positiva e garantiu que o país pode confiar no trabalho do Congresso Nacional - disse o coordenador do movimento

Johannpeter insistiu em que "o país tem pressa nessas reformas, para continuar avançando em um processo de desenvolvimento forte e equilibrado". Antonio Carlos Magalhães, acrescentou, tem uma visão clara desse processo, que inclui também a apreciação da emenda da reeleição.

NESTA EDIÇÃO

**Esterilização:
projeto restabelece
artigo vetado**

Página 8

**Júnia: venda
da Vale só vai
render R\$ 2 bi**

Senadora afirma que esse dinheiro é muito pouco diante do lucro de R\$ 660 milhões que a companhia teve no ano passado. Página 6

Educação é "meta das metas", diz Mauro

Senador cita análise do Ipea mostrando que a desigualdade educacional é a raiz dos problemas brasileiros e que o país dificilmente sairá da posição atual sem resolver a questão

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que o Brasil terá de adotar a educação como a "meta das metas" se quiser alcançar "o sonho de ingressar no Primeiro Mundo". Segundo disse, recente análise feita por pesquisadores do Ipea mostrou que a desigualdade educacional é a raiz dos problemas brasileiros e que o país dificilmente sairá da posição atual sem resolver a questão.

Mauro Miranda reconheceu que houve avanços significativos no sistema edu-



Mauro Miranda

cacional do Brasil, citando a propósito a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério, que, assinalou, garantirá investimentos de R\$ 300 por aluno e assegurará que 60% dos recursos destinados à educação sejam direcionados para o ensino fundamental, sob a gestão de estados e municípios.

Na avaliação do senador por Goiás, os compromissos do poder público com a educação de primeiro e segundo graus devem garantir investimentos suficientes para atender à demanda de ricos e pobres que aspiram che-

gar ao topo da formação universitária. Na opinião dele, é "responsabilidade nacional lutar contra a evasão de 20% nos cursos superiores por carência econômica".

Para Mauro Miranda, "reverter a decadência que vem marcando a qualidade do ensino superior é a questão que fala mais de perto às nossas crenças em um país mais próspero e justo, além de mais competitivo nas suas relações econômicas com os parceiros do mundo globalizado".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; *PEC nº 20/96, que altera a denominação de vereador para deputado municipal; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas; *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público; *PEC nº 24/96, atribuindo competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; **Matérias terminativas** - *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

11h - MP nº 1537-36/97, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1538-38/97, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1553-13/97, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1546-17/97, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (1º.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Requerimento nº 1.134/96, que solicita, nos termos regimentais, a inclusão em ordem do dia do PLS nº 87/96, que dispõe sobre proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; e *Requerimento nº 208/97, que solicita, nos termos regimentais, dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 133/96, que dispõe sobre a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária, cujo prazo para seu proferimento se encontra esgotado.

Quarta-feira (02.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLS nº 110/94, que concede adicional de periculosidade aos carteiros, alterando o art. 193 da CLT; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio no Distrito Federal; e primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 64/95, que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

Quinta-feira (03.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 59/94, que dispõe sobre o prazo de publicação, pela Secretaria da Receita Federal, dos modelos de declaração do Imposto de Renda; e segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 64/95.

Suassuna alerta governo para necessidade de conter déficit

Ele quer impedir que os resultados nas balanças comercial, de serviço e de transferências repitam, este ano, os números de 1996

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem a equipe econômica do governo para o problema do crescimento do déficit nas transações correntes. "Olhem o que está acontecendo com a economia brasileira", advertiu, ao cobrar ações para impedir que os resultados nas balanças comercial, de serviços e de transferências repitam, este ano, os números de 1996, "o pior dos últimos 16 anos".

A atual política cambial, com a valorização excessiva do real em relação ao dólar, como assinalou, e o chamado "custo Brasil" são, no entender do senador, pontos que devem ser alterados com urgência, para reverter o déficit.



Ney Suassuna

- Perdemos no campo do comércio porque nossa economia foi aberta, melhor dizendo, escancarada, antes que tivéssemos adotado mecanismos eficientes para assegurar a modernização do nosso parque industrial - sustentou.

Suassuna disse já conhecer os argumentos da equipe econômica do governo para "justificar sua inércia diante de déficits

sucessivos e crescentes", mas, a seu ver, há outros fatores e cálculos que não estão sendo levados em conta pelas autoridades econômicas.

A cobrança da CPMF, acentuou o senador, pode tornar-se outro fator de desequilíbrio para a economia. A seu ver, essa contribuição pune os investidores e pode gerar queda nas bolsas.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o atual desequilíbrio nas transações correntes está levando o Brasil a uma situação perigosa, enquanto, segundo disse, o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, teima em dizer que os problemas expostos no pronunciamento de Suassuna não existem.



Sebastião Rocha

Rocha elogia orçamento participativo

A adoção do orçamento participativo como forma de garantir um melhor aproveitamento dos recursos públicos em benefício da coletividade foi defendida pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao afirmar que, por meio dessa iniciativa, "qualquer cidadão tem o direito de participar de uma reunião plenária que decidirá sobre as prioridades do seu município".

Depois de referir-se a Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte, Betim e Distrito Federal como "exemplos de experiências bem-sucedidas" nessa área, o senador disse que a participação direta da sociedade no processo de decisão orçamentária "diminui o favorecimento político no âmbito legislativo, reduz as manipulações e os artificios criados pelo governo federal e garante a aplicação de verbas em benefício da população".

- As experiências de orçamento participativo se verificaram até agora nos espaços municipais. É verdade que ainda temos muito que avançar no sentido de compatibilizar esse tipo de experiência com espaços mais amplos, até atingirmos, quem sabe, a própria definição do Orçamento da União - disse ele.

No entender de Sebastião Rocha, apesar das dificuldades de compatibilização do orçamento participativo, não se deve esquecer de que "a falta de transparência, de democracia e de eficiência tem levado o Orçamento da União a ser também um constante instrumento a serviço do lobby e da corrupção".

Lucena defende reformulação da Secretaria de Políticas Regionais

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem ao governo uma reavaliação da Secretaria Especial de Políticas Regionais, subordinando-a diretamente à Presidência da República, ao invés do Ministério do Planejamento, "onde ela se encontra esvaziada".

Ele atribuiu o vínculo atual da secretaria a uma "situação esdrúxula, em que o secretário, com o status de ministro, é subordinado a outro ministro". O senador informou que, para o exercício de 1997, a secretaria não tinha sequer dotação orçamentária para fazer face às despesas que viessem a ocorrer no setor de defesa civil, "verbas indispensáveis para atender ao socorro de calamidades".

Humberto Lucena disse que,



Humberto Lucena

graças ao trabalho de vários parlamentares junto ao ministro Antonio Kandir, do Planejamento, foi possível assegurar recursos do Orçamento da União para a secretaria, da ordem de R\$ 60 milhões, destinados à defesa civil em todo o país.

- No entanto, durante as enchentes ocorridas recentemente no Acre, o governo teve de se valer de medida provisória para abrir crédito extraordinário

e atender à população daquele estado, uma vez que a secretaria não dispunha dos recursos indispensáveis nem para os primeiros socorros - frisou.

Em aparte, Júnia Marise (PDT-MG) lembrou que, também no caso das enchentes em 176 municípios mineiros, o governo teve de se valer de uma medida provisória, destinando R\$ 9 milhões para socorro aos desabrigados.

Por sua vez, Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a necessidade de um plano estratégico que busque diminuir as diferenças regionais. Para ele, a situação do Nordeste é muito pior: "Lá vive quase um terço da população do Brasil que, a cada dia, mais se distancia do restante do nível do país".

CPI DOS PRECATÓRIOS

Cabral quer venda de títulos somente em leilão

De acordo com projeto de resolução apresentado pelo senador, novo mecanismo de colocação de papéis no mercado deverá ser seguido por municípios, estados e Distrito Federal

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apresentou projeto de resolução estabelecendo o mecanismo de leilão público como forma exclusiva de colocação de títulos de emissão dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A proposição decorre de decisão da CPI, tomada a partir de requerimento do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Pelo projeto, "os títulos de emissão dos Tesouros dos estados, do Distrito Federal e dos municípios serão lançados, ofertados publicamente ou terão iniciada sua colocação no mercado exclusivamente por meio de leilões públicos".

A proposição determina que os editais dos leilões serão acessíveis a todas as instituições autorizadas a operar nos mercados financeiro e de capitais, e conterão informações sobre as condições específicas de cada emissão, definido, ainda, que o processo de seleção de propostas será baseado no critério de melhor preço para os respectivos Tesouros.

Os editais terão de conter as seguintes informações: o va-



Bernardo Cabral

lor, o local e a data de cada leilão, o local de subscrição, os juros, a correção monetária ou cambial (quando a uma delas sujeito), os prazos e a forma de pagamento dos juros, das amortizações e resgates, e ainda os limites máximos de desconto, quando os títulos forem emitidos pelo critério de valor de face de resgate.

Conforme o projeto, os títulos terão seus direitos creditórios e as cessões desses direitos previamente registrados em um sistema centralizado de liquidação e custódia, mantido pelo Banco Central do Brasil, por intermédio do qual serão também creditados os resgates do principal e os rendimentos.

Essas regras propostas por

Bernardo Cabral, se aprovadas, serão acrescidas à Resolução nº 69, de 1995, do Senado, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras provi-

dências".

Ao justificar a proposição, Cabral disse que a matéria "certamente contribuirá para uma maior transparência e divulgação de informações a todos os participantes do mercado, ensejando a criação de compradores voluntários e restringindo as possibilidades de práticas lesivas ao erário".

Objetivo é tornar venda transparente

O senador Bernardo Cabral disse que o trabalho feito até agora pela CPI dos Precatórios tem demonstrado que todo um conjunto de irregularidades e prejuízos ao setor público, decorrente das emissões de títulos, pode ser equacionado com a modificação dos mecanismos atuais de venda desses papéis.

Cabral acrescentou que, contrariamente ao setor público federal, os estados e municípios não dispõem ainda de um mercado institucionalizado para os seus títulos, o que, a seu ver, tem permitido práticas de venda pouco transparentes e vis-

veis a possíveis participantes do mercado.

- Como foi elucidado pela CPI, a colocação dos títulos estaduais e municipais e a respectiva negociação vêm sendo reféns de determinados agentes, curiosamente privilegiados por decisões administrativas, sem que ocorra a indispensável competição entre as diversas instituições participantes do mercado, de modo a preservar o interesse público, a finalidade social das operações, bem assim a integridade da administração e o respeito a ela - acrescentou o presidente da CPI.

Conexão com o caso Pau-Brasil pode ser investigada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem ao presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), dois requerimentos de informações que, em sua opinião, aprofundam as investigações realizadas até agora. Ele deseja, através de um dos requerimentos, que a CPI peça à Justiça Eleitoral de São Paulo cópias do inquérito Pau-Brasil, que investigou o esquema de campanha do ex-

prefeito Paulo Maluf.

Suplicy argumenta que Enrico Piccioto, dono da corretora Split, que disse à CPI não conhecer Paulo Maluf, declarou naquele inquérito que sua empresa recebera quatro cheques da empresa Pau-Brasil. "É evidente que pode haver relacionamento entre esses cheques e os lucros auferidos com os negócios com títulos emitidos para pagamento de precatórios", disse Suplicy.

No outro requerimento, o senador quer que o Banco do Brasil informe quem depositou R\$11.085,96 na conta da empresa Maringá Turismo, no dia 10 de dezembro do ano passado. Essa empresa organizou a viagem de Celso Pitta e de sua mulher Nicéa, para Londres, quando ele elegeu-se prefeito de São Paulo. E, segundo Suplicy, a cifra equivale ao preço de duas passagens de primeira classe. "Saber quem fez o depósito é im-



Eduardo Suplicy

portante porque pode ser gente do esquema de lavagem de dinheiro dos títulos", disse o senador.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Banco paraguaio oferece ajuda para identificar dinheiro da fraude

Oferta de colaboração foi apresentada pelos dirigentes da instituição financeira aos senadores que investigam precatórios



Roberto Requião

“Estamos prestes a pegar o bando”, prevê Requião

Com base na análise de papéis encontrados no banco Vektor, o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR) previu ontem que a comissão está prestes a pegar “o bando” que negociou irregularmente com títulos públicos. Um bilhete em que Fábio Nahoun (dono do Vektor) orienta os depoimentos a serem prestados por alguns dos implicados na CPI é, na opinião do senador, uma das principais evidências de mentira. Isso porque tanto Nahoun quanto todos os outros depoentes, ao serem interrogados pela CPI, negaram se conhecer.

Requião disse que o bilhete e outros manuscritos constituem material probatório suficiente para evidenciar que “todos esses senhores agiam em conluio”, fornecendo a prefeituras e governos técnica para a emissão de papéis para pagamento de precatórios, vendendo e comprando depois esses papéis, até chegar a um tomador final já combinado. A análise cruzada dos telefonemas feitos por esses suspeitos é mais uma evidência, segundo Requião, de que todos se conheciam e conversavam muito entre 1995 e 1996 - época em que teriam sido cometidos esses ilícitos.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Roberto Requião (PMDB-PR), Vilson Kleinübing (PFL-SC), José Serra (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) reuniram-se ontem com o presidente e a vice-presidente do Corfan Banco del Paraguay, Euzébio Adyala e Beatriz Dias Espada, que vieram oferecer colaboração na identificação de somas oriundas das fraudes investigadas pela CPI e acaso transferidas para aquele banco.

Euzébio Adyala disse que seu banco está em processo de recuperação econômica e bastante interessado em evitar qualquer depósito resultante de

ilícito. Afirmou que, em razão de sua integração ao Mercosul, o Paraguai tem uma severa lei para punir esse tipo de delito. E explicou: “A obrigação da entidade bancária consiste em tomar um registro de toda e qualquer operação suspeita. Por isso, nos colocamos à disposição da CPI, para oferecer toda a colaboração possível”.

O presidente do Corfan também informou que, no Paraguai, toda operação superior a US\$ 10 mil tem que ser comunicada ao poder público. Como são frequentes os depósitos de brasileiros naquele país, ele disse que seu banco fará um rastreamento e, na próxima semana, já poderá fornecer al-

gum dado à CPI. Euzébio e Beatriz reuniram-se com os senadores no gabinete de Roberto Requião, relator da CPI.

Após o encontro, Requião declarou que, com a colaboração do Corfan, a CPI terá amplas condições de rastrear “os responsáveis pela transformação dos reais com origem nas fraudes em dólares e sua posterior remessa ao exterior”. Ele informou que a comissão já sabe como os lucros dessa cadeia de irregularidades foram gerados - mediante intermediações combinadas entre corretoras e bancos na compra e venda de títulos -, faltando agora descobrirem-se os beneficiários finais.

Emília descobre 100 telefonemas do Vektor para Secretaria de Finanças de São Paulo

Entre agosto de 1995 e dezembro de 1996, aproximadamente 100 telefonemas do banco Vektor destinaram-se aos gabinetes do então secretário de Finanças do município de São Paulo, Celso Pitta (atual prefeito), e do coordenador da Dívida Pública paulistana, na época, Wagner Baptista Ramos. A informação foi prestada ontem pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS) com base no rastreamento que vem promovendo nos telefonemas daquele banco.

- Agora precisamos saber para quem eram esses telefonemas e por quem eram atendidos. O prefeito é que deverá fornecer informações à comissão esclarecendo isso. Precisamos também conversar com governadores, prefeitos, senadores e quem quer que tenha recebido esses telefonemas - disse a senadora.

Conforme Emília Fernandes,



Emília Fernandes

havia também ligações para ministros e para gabinetes da Câmara e do Senado, assim como para o dono da corretora Boa Safra, Fausto Solano Pereira. Ao depor há duas semanas na CPI, Fausto não soube explicar como um cheque de R\$ 9,7 milhões, originário da IBF - empresa de *factoring* - foi parar em sua conta bancária. Disse que o recebera de um cidadão chamado Renê, o qual lhe pediu que ficasse com R\$ 1,8 milhão e devolvesse o troco as-

sinando 54 outros cheques para uma lista de pessoas.

As investigações de Emília Fernandes concentraram-se em linhas telefônicas do banco Vektor e, segundo seu relato, foram descobertas inúmeras ligações também para os Estados Unidos, Argentina, Paraguai e Uruguai. “Vamos ainda estabelecer critérios para localizar mais dados a respeito desses telefonemas”, disse ela.

Em sua entrevista, a senadora também informou que, entre os documentos descobertos pela CPI no banco Vektor, estão manuscritos com os nomes de corretoras e os percentuais que cada uma receberia na negociação dos títulos emitidos para pagamento de precatórios. E perguntou aos jornalistas: “O que significa taxa de sucesso JK? Seriam beneficiários brasileiros desses negócios com títulos?” Ela pediu que a imprensa descobrisse.

Venda da Vale só renderá 2 bi, afirma Júnia

Senadora constata que o valor é pequeno diante do lucro de R\$ 660 milhões obtido pela companhia no ano passado e não será suficiente para pagar dois meses de encargos da dívida externa

Real mantém desigualdades, afirma Suplicy

Ao comentar ontem o termo "neobobismo", empregado pelo presidente da República em relação aos críticos de seu governo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou também ter restrições ao uso indiscriminado da expressão "neoliberalismo", para denotar aqueles que dão prioridade ao mercado para a solução dos problemas sócio-econômicos.

Para o senador, o que importa é saber se os resultados da política econômica do governo reverteram a exclusão do modelo brasileiro. O termo "neobobismo" foi utilizado por Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de posse do conselho consultivo do Programa Comunidade Solidária, quando disse que "só quem não tem nada na cabeça é que fica repetindo que o governo só se preocupa com o mercado, que é neoliberal. Isso é neobobismo".

Suplicy apoiou-se em dados do IBGE para demonstrar que o Plano Real praticamente mantém a mesma distribuição desigual da riqueza verificada em 1990, ano marcado por altos índices inflacionários e recessão. Nesse ano, os 10% mais ricos concentraram 48,1% da renda nacional, contra 0,8% auferido pelos 10% mais pobres. Em 1995, os mesmos 10% mais ricos abocanharam 47,1% da renda do país, sendo que os 10% mais pobres ficaram com apenas 1%, informou.

Ao comentar o lucro de R\$ 660 milhões que a Cia. Vale do Rio Doce teve no ano passado, divulgado há poucos dias, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) lembrou que a privatização da empresa levará aos cofres do governo federal apenas cerca de R\$ 2 bilhões, do preço mínimo de R\$ 10,3 bilhões estipulado para a venda da empresa.

- Vale a pena vender a Cia. Vale do Rio Doce pela bagatela de R\$ 2 bilhões, que seria o resultado da venda creditado aos cofres da União? O que será feito com o dinheiro? Vai-se abater a dívida externa do nosso país? Essa importância não daria para pagar sequer dois meses da nos-

sa dívida externa - afirmou.

A senadora contestou que seja inconstitucional um projeto de resolução de sua autoria que obriga o governo a colocar à disposição do Senado as informações preparadas pela Consultora Merryl Lynch para sustentar o edital de privatização da Vale. Ela lembrou que a CCJ não viu qualquer inconstitucionalidade no seu projeto de resolução.

Júnia Marise afirmou que os críticos de sua proposta sustentam que um projeto de resolução do Senado "não pode condicionar a prática de um



Júnia Marise

ato administrativo do Executivo à prévia ratificação do Legislativo", por ferir o princípio da independência dos Poderes. A senadora ponderou que a Constituição prevê, no artigo 49, inciso X, competência do

Legislativo para fiscalizar e controlar atos do Executivo.

No entendimento de Júnia Marise, no momento em que o Legislativo pede para conhecer em detalhes o documento que sustenta o edital de privatização da Vale "há fortalecimento do princípio constitucional do equilíbrio entre os Poderes".

Ademir Andrade busca solução para tirar da insolvência Emater do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez ontem apelo ao governador Almir Gabriel, no sentido de buscar uma solução para a crise em que vive hoje a Emater/PA. Para ele, "o descaso e a irresponsabilidade



Ademir Andrade

de setores do poder público com os pequenos produtores rurais se observam na crise que se instalou nos órgãos de extensão rural espalhados pelo país".

Esse problema, segundo o senador, não é diferente no estado do Pará, onde se anuncia a situação de insolvência da Emater local. Ademir Andrade informou que, sem recursos para saldar dívidas trabalhistas que chegam a R\$ 27 milhões, relativas somente ao dissídio dos anos de 1990 e

1991, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater/PA) está em vias de ser desativada pelo governo estadual.

Após defender a organização e fortalecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas, o senador disse que a desativação da Emater poderá gerar uma crise social sem precedentes, e agravar ainda mais os problemas fundiários no estado do Pará.

Na opinião de Ademir Andrade, a extinção da Emater poderá comprometer, entre outros, projetos como o Proceira (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e Pague (Programa de Atendimento às Comunidades Agrícolas), este úl-

timo viabilizado com recursos repassados pelo governo federal, através da Sudam.

"NEOBOBISMO"

- O PSDB é uma farsa, e o presidente Fernando Henrique Cardoso é um farsante, porque usa falsamente o nome da social democracia - disse o senador Ademir Andrade, ao repelir a expressão "neobobismo", usada em pronunciamento feito pelo presidente da República. Segundo o senador, "ele é um falso porque está usando uma coisa que não é verdade; o seu partido não segue a social democracia, e ele segue a política do PFL".

No entendimento de Ademir Andrade, o presidente da República, com essa expressão, atingiu os senadores, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e outros importantes segmentos da sociedade.

Perspectivas de investimentos animam americanos

Presidente do Senado fala sobre reflexos das reformas na economia a um grupo de parlamentares dos EUA, que prevê maior intercâmbio entre os dois países

Uma comitiva de parlamentares norte-americanos reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de quem recebeu informações a respeito da evolução do processo de reformas constitucionais e desregulamentação da economia brasileira. A comitiva deixou o Congresso Nacional dizendo-se "otimista" com as perspectivas de intercâmbio e investimentos proporcionadas pela abertura do país.

Quem falou pelo grupo foi o senador Tom Bliley, presidente da Comissão de Assuntos de Mineração e Energia do Congresso dos Estados Unidos, que defi-



Antonio Carlos explicou aos visitantes a importância das reformas constitucionais no Plano Real

niu como "claras e animadoras" as informações e perspectivas apresentadas por Antonio Carlos Magalhães quanto à evolução da abertura da economia nacional e sua desregulamentação. O visitante conside-

rou "importante a questão da reeleição para a continuidade desse processo".

De acordo com o senador norte-americano, que liderou os parlamentares nas audiências com os presidentes da Câmara e do Senado,

na companhia do embaixador dos Estados Unidos, Melvin Levitsky, os interesses e possibilidades de novos investimentos estão concentrados nas áreas de infra-estrutura, energia, mineração e telecomunicações.

ACM recebe grupo Olodum e Emílio Odebrecht

A Bahia, seus problemas e aspirações foi o tema comum a dois encontros do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na manhã de ontem. Primeiro, ele recebeu dirigentes do grupo Olodum, uma orga-

nização não-governamental (ONG) fundada há 18 anos, que veio pedir para o senador ser um canal de diálogo da entidade com as várias estruturas de poder na Bahia. Depois, o empresário Emílio Odebrecht, sócio-controlador

da Construtora Norberto Odebrecht, uma das maiores empreiteiras do país e com diversos investimentos no exterior.

O diretor-cultural do Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, enfatizou o otimismo com que o grupo deixou

o encontro com Antonio Carlos Magalhães, certo de que, como acentuou, o senador fará a ponte entre as diversas correntes políticas e culturais da Bahia, "na promoção dos valores e projetos da terra".

Por sua vez, Emílio Odebrecht disse que a audiência com Antonio Carlos Magalhães foi de "cortesia e cumprimentos pela sua eleição para dirigir o Senado e o Congresso nos próximos dois anos". O empresário destacou que "houve também uma conversa de baianos sobre as formas para se continuar trabalhando pelo progresso do estado".



O grupo Olodum mostrou-se otimista quanto ao resultado da audiência com Antonio Carlos

Patrocínio tem projeto que prevê esterilização

Proposta do senador possibilita acesso a cirurgia gratuita a homens e mulheres com mais de 25 anos ou com dois filhos vivos. Processos aceitos são a vasectomia e a laqueadura tubária

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei que prevê a esterilização gratuita de homens ou mulheres que tenham mais de 25 anos ou dois filhos. O Congresso aprovou projeto que institui o planejamento familiar no país, no ano passado, mas a parte que trata da esterilização nos hospitais conveniados com o SUS foi vetada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Patrocínio, o presidente da República, compelido pelo "clamar da opinião pública", pediu ao Congresso



Carlos Patrocínio

que derrubasse os vetos que ele fez ao projeto, sob a alegação de haver sido juridicamente mal orientado. O senador, entretanto, considerou mais apropriado apresentar um novo

projeto com as medidas excluídas.

A proposta de Carlos Patrocínio determina que a esterilização só poderá ser feita em homens e mulheres que preencherem os requisitos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. Só serão admitidos procedimentos cientificamente aceitos, como a vasectomia e a laqueadura tubária (conhecida por "ligadura de trompas"), e estarão proibidas a extração do útero e a retirada total ou parcial do ovário.

De acordo com o projeto, a esterilização de pessoas casadas dependerá do consentimento de ambos os cônjuges, e somente as instituições que ofereçam opções de meios e métodos reversíveis serão autorizadas a realizar esse tipo de cirurgia. O descumprimento dessas condições poderá ser punido com reclusão de dois a oito anos e multa, se a prática não constituir crime mais grave.

O projeto de Carlos Patrocínio já está na Comissão de Assuntos Sociais, onde aguarda a designação de um relator.

Maldaner anuncia fabricação no país de vacina contra hepatite B

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou ontem que o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico de Joinville (SC) vai fabricar a vacina contra a hepatite B, a partir do ano que vem. Segundo ele, o convênio que permitirá a produção da vacina foi assinado segunda-feira entre essa instituição, a prefeitura de Joinville, o laboratório argentino Pablo Cassará e a empresa alemã Rhein.

O convênio garante a total conquista tecnológica

para que se possa produzir no Brasil, pela primeira vez, sem custos e sem endividamentos, a vacina contra a hepatite B. Para se ter uma idéia do que isso representa, caso não houvesse produção local, o país perderia mais de 100 milhões de dólares, durante os próximos cinco anos, com a importação da vacina - disse.

De acordo com Maldaner, a nova fábrica entrará em operação daqui a seis meses, com capacidade inicial para produzir dez milhões de do-



Casildo Maldaner

ses da vacina por ano. Ele afirmou que a empresa alemã será responsável pela elaboração do projeto, o laboratório argentino fará a trans-

ferência de tecnologia e o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico ficará responsável pela gestão operacional, científica e técnica.

O senador relatou que o acordo prevê ainda a criação de uma *joint-venture* para a transferência de tecnologia e a construção de duas novas unidades no centro, sendo a segunda destinada à produção futura do Interferon Alfa, medicamento de uso contínuo para tratamento do câncer.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LEVY DIAS, NEY SUASSUNA, GUILHERME PALMEIRA E JOSÉ ALVES E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciêl da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.